

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Imprensa operária
em debate

*

No Consun,
os números
do 1º semestre

ASSEMBLÉIA

PORTARIAS AMEAÇADAS

Reitoria e Fundação São Paulo ameaçam cortar ato que abona faltas de funcionários

Na assembléia da quinta-feira, 30/8, os funcionários administrativos foram informados de mais uma ameaça dos gestores da universidade. Desta vez as sombras pairam sobre a Portaria 24/69, que abona oito faltas durante o ano. A 24/69 foi editada pelo reitor Oswaldo Bandeira de Mello, em 1969.

Desta vez a reitora Maura Vêras anunciou à AFAPUC o desejo da Fundação São Paulo de extinguir tal benefício, uma vez que ele não condiz com a austeridade financeira proposta pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A reitora levantou a hipótese de reduzir as portarias para três ou quatro faltas.

A AFAPUC manifestou-se contrária à mudança, principalmente pela falta de um devido debate com a categoria. A diretoria da entidade afirmou à Reitoria que gostaria também de ver contemplados com o benefício todos os funcionários da PUC-SP, pois várias chefias, sob as mais diferentes justificativas, negam-se a conceder portarias

aos seus funcionários. A AFAPUC vai pedir parecer ao seu departamento jurídico sobre a ilegalidade de tal corte, já que a 24/69 constitui-se em um direito adquirido.

Isenção de tarifas bancárias

Outro ponto levantado na assembléia refere-se à cobrança de tarifas, que antes não eram repassadas pelo Bradesco aos funcionários da PUC-SP. Quando o banco instalou-se na universidade, fez um acordo com a instituição para que os seus trabalhadores tivessem uma série de isenções, em taxas como a de emissão de talões de cheque ou de cartões.

Ocorre que, com a mudança do posto bancário para o *status* de agência, a maioria das contas deixou de ser conta-salário, passando a conta corrente comum, o que as exclui de isenções no banco. A AFAPUC entrou em contato com a Divisão de Recursos Humanos para que a si-

tuação seja revertida, e que os trabalhadores sejam ressarcidos dos valores descontados indevidamente. A entidade vai disponibilizar em seu *site* a relação das isenções a que têm direito os trabalhadores da PUC-SP.

Readequação dos estatutos

Na pauta da assembléia também constava a readequação dos estatutos da entidade. O texto legal que rege a vida da associação dos funcionários encontra-se defasado, não respondendo a algumas exigências do novo Código de Processo Civil. Dessa maneira, teve de ser atualizado, com algumas alterações pontuais.

Para a aprovação do novo estatuto é necessária uma assembléia que congregue, no mínimo, 2/3 dos associados. Como a assembléia passada não reunia tal número, uma nova reunião será chamada para que, desta vez com qualquer número, seja votado o documento.

EDITORIAL

Julgamento político de Lula e do PT

A grande imprensa exultou com as manchetes – “Cúpula do PT no primeiro governo Lula vira ré por formação de quadrilha” e “STF vai julgar ‘quadrilha’ que operou no primeiro mandato de Lula”. Elas indicam o sentido do acatamento pelo STF do processo movido pelo Ministério Público. O julgamento político foi realizado com gigantesca publicidade. Os 40 acusados de inúmeros crimes do escândalo do mensalão não comparecem na condição de réus, mas sim de condenados pela imprensa. Esse era o objetivo fundamental.

É bem possível que ocorra a prescrição do processo encaminhado pelo STF, como prevêem juristas e comentaristas. A quantidade de crimes cometidos por todos os partidos da burguesia é incomensurável. Nunca se fez uma investigação tão ampla para revelar cada caso e as quadrilhas formadas por governos e parlamentares.

Nesse momento, estamos diante do escandaloso caso de corrupção praticado pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros. As ramificações do crime de compra e venda de projetos no Congresso Nacional, envolvendo autoridades e grupos econômicos, são encobertas. Mas no caso do governo Lula e do PT não poderiam permanecer nos porões da criminalidade dos políticos.

Lula e PT não nasceram do seio da classe burguesa. São seus filhos bastardos. Traíram a confiança da classe operária, dos pobres e oprimidos. Lula dirige o Estado voltado inteiramente aos interesses dos capitalistas. O PT serve a essa política. No entanto, não teve e não tem como deixar de ser o filho bastardo.

A derrota eleitoral do PSDB/PFL sempre significará um golpe aos filhos naturais da burguesia. Lula e PT conseguiram arrastar as massas barbaramente pisoteadas pela classe capitalista com a promessa de um governo democrático e popular que expulsaria a oligarquia reacionária e colocaria o Estado a serviço dos miseráveis. Para fazê-lo, Lula e o PT usaram o movimento sindical, camponês e popular, bem como capitalistas que doaram milhões de reais. Com os pés, se apoiaram nas costas dos explorados; com as mãos se agarram nos braços dos exploradores. Puderam agir assim porque se abriu uma grande crise na política burguesa e porque a classe operária necessitava de um partido que não fosse aqueles dos seus algozes.

Chegar ao Estado é uma façanha, governá-lo a serviço da burguesia é outra. Como o filho bastardo poderia tomar o lugar dos filhos legítimos? O governo Lula estreante e o PT precisaram usar os mesmos recursos quadrilheiros vigentes na política burguesa, tanto é que o PT herdou o conduto montado pelo PSDB, com o ex-governador de Minas Eduardo Azeredo. Fernando H. Cardoso comprou parlamentares para aprovar a emenda constitucional que permitia a reeleição. Foi um escândalo, não foi? Mas o aparato burguês não o colocou no banco dos réus. Mas com Lula e o PT tinha de ser diferente. Foram pegos no galinheiro dos poderosos. Lula e PT poderiam copiar a política econômica do PSDB e ampliar o assistencialismo, mas não poderiam usar os mesmos métodos dos quadrilheiros do Estado para governar e se fortalecer partidariamente.

Embusteiro, Jefferson denunciou as falcatruas de seus próprios aliados. Foi o suficiente para que o polvo burguês movimentasse seus tentáculos e expusesse Lula/PT à execração pública. A CPI do mensalão consumiu a vida do governo Lula e entrou no cotidiano da população como um show. Os petistas praticaram o que todos praticam, mas com a diferença que eram como o ladrão que entrou pela janela. Deveriam ser punidos, quebrados e desmoralizados como lição por terem tido a pretensão histórica de substituir os velhos partidos com apoio dos oprimidos.

Depois da CPI, veio o espetáculo do Supremo Tribunal Federal, que é parte do aparato burguês. Foi elevado a órgão independente. Falso. O governo Lula é que é fraco perante o aparato. O STF respondeu às pressões do PSDB/PFL, da imprensa e grupos econômicos. Essa instituição nunca assumiu a tarefa de condenar políticos da burguesia. Mas, agora, se insurge como a guardiã da ética, da moral e da democracia. Eis o que diz o jornal O Estado de São Paulo de 30 de agosto: “A mesma instituição que, em 116 anos de existência, jamais mandou para a cadeia um político ou administrador público acusado de corrupção começou a se redimir numa escala também sem precedentes”. Mentira!

O STF está apenas punindo os filhos bastardos. Para os trabalhadores, o mais importante é o julgamento histórico do PT e de Lula. O STF não está execrando o PT e Lula porque ousaram defender os interesses da classe operária, mas sim porque pretenderam construir sua própria quadrilha no seio do Estado.

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.



Acima, alunos de Letras autografam o livro *Quase*. No destaque, a professora Ana Salles Mariano, coordenadora do projeto



FÁBIO NASSIF

LANÇAMENTO

Livro reúne produção dos alunos de Letras

Na quinta-feira, 30/8, foi lançado no Tuca o livro *Quase*, que reúne textos da disciplina Oficina de Criação Literária, coordenada pela professora Ana Salles Mariano. Os textos foram produzidos por 16 alunos durante o primeiro semestre de 2007 e, segundo a epígrafe do livro representam “um registro de quase tudo que fizemos e quase nada do muito que ainda vamos fazer”.

Segundo a professora Ana Salles o trabalho visa estimular a organização de uma obra literária, em todas as suas fases, incentivando o trabalho coletivo dos alunos. *Quase* foi bancado financeiramente pelos próprios alunos do curso.

Bruna do Amaral Gerletti, aluna que coordenou a equipe

de confecção do trabalho afirmou que o começo foi muito corrido, com os alunos indo atrás de orçamentos, gráficas, além de cuidarem da produção do texto propriamente dita.

Já Pedro Cerqueira da Silva, que há pouco chegou da Bahia e hoje cursa a disciplina na PUC-SP, confessa-se um apaixonado por literatura: “Desde pequeno amava a literatura e ficava refletindo sobre tudo que lia quando, diariamente, andava cerca de cinco quilômetros a pé para poder estudar. Escrever foi interessante para registrar esses processos da minha infância, onde as cantigas de roda tinham um peso muito grande.”

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio**

Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:**

www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem:

Jaqueline Nikiforos

Fotografia: Fábio Nassif e Julia Chequer

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

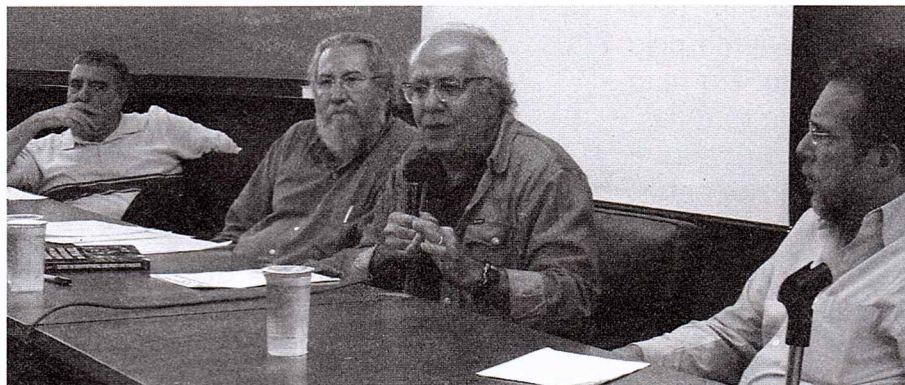
Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Vito Gianotti analisa a imprensa operária brasileira

Aconteceu na quinta-feira, 30/8, o debate *A imprensa operária e sindical no Brasil*, que recebeu o escritor Vito Gianotti, o professor do Departamento de Jornalismo José Arbex Jr. e o professor da Comfil e diretor da APROPUC Erson Martins. O evento também era de lançamento do livro *A história das lutas dos trabalhadores no Brasil*, de Vito.

O livro, segundo o autor, tem como idéia central o questionamento da índole cordial brasileira, interpretado como se o trabalhador brasileiro não fizesse lutas. Alguns exemplos foram dados, para mostrar como a história contada no ensino básico não inclui o lado dos muitos trabalhadores protagonistas da construção social do país.

Outro ponto destacado e incentivado por Vito no seu Núcleo Paratininga de Comunicação (www.piratininga.org.br), é a construção dos meios de comunicação dos próprios trabalhadores. “Nós não devemos mendigar espaço na mídia burguesa”, disse ele, argumentando que em nada adianta conseguir um pequeno espaço, se todos os dias os jornais fazem uma “campanha” pelas privatizações e na defesa do neoliberalismo.



Na mesa do debate, da esquerda para a direita, professores José Arbex Jr., Erson Martins, o autor Vito Gianotti e o coordenador Hamilton de Souza

Depois de dar uma breve pincelada sobre a construção de meios de comunicação em conjunto com a luta operária, o escritor questionou o motivo de não existir um jornal diário dos trabalhadores no Brasil.

O professor e jornalista da Caros Amigos, José Arbex Jr., elogiou em primeiro lugar o fato do livro não colocar a palavra “redemocratização” para representar o período pós-ditadura militar, já que, segundo ele, não existe e nunca existiu democracia no Brasil. “É uma falcatrua, uma virtualidade, um simulacro de democracia”, incentivada pelos grandes meios de comunicação. “Enquanto houver burguesia, não vai haver democracia no Brasil”, resume ele.

Arbex observou também que as direções sindicais que poderiam ter impulsionado um jornal diário no Brasil hoje, foram cooptados pela burguesia. Ele acredita que nunca interessou às direções do PT, pois o jornal poderia aumentar o nível de autonomia e consciência dos trabalhadores.

O professor do Departamento de Artes, Erson Martins, indicou também a burocratização dos sindicatos como responsável pelo colaboracionismo que a imprensa operária brasileira adotou. Para ele, existe uma diferença entre a imprensa operária e a imprensa revolucionária, pois a primeira não tem mostrado um projeto estratégico revolucionário.

CONTRATO DE TRABALHO

Professores coagidos a assinar alteração contratual

Os professores cujos cursos têm encontrado dificuldades para preenchimento de turmas e, por este motivo, terão de diminuir sua carga horária, estão recebendo uma carta da Fundação São Paulo solicitando a concordância com a redução.

Esse procedimento está estipulado na Convenção Coletiva do Sinpro, que estabelece um prazo de duas semanas após o início das aulas para esta comunicação, para que o docente manifeste a sua aceitação ou não da redução.

Ocorre que a carta da Fundação São Paulo, que tem a data de 10 de agosto de 2007, está chegando às mãos dos professores vários dias após o prazo estipulado pela Convenção, o que constitui ilegalidade. A situação é mais dramática em alguns departamentos, onde os docentes vêm sendo coagidos a assinar o documento.

Após o início do segundo semestre, situação da PUC-SP, mostrou-se bastante confusa em alguns cursos. Várias turmas foram fechadas por falta de alunos ou por medida de econo-

mia da Reitoria, juntando classes. Além disso, até a semana passada ainda existiam turmas sem professor, em virtude da proibição de abertura de editais externos. Todos esses fatores configuram uma situação no mínimo estranha, já que o prazo estipulado pelo Sinpro já se esgotou em 11/8.

Dessa maneira, o trabalho das coordenações tem se dificultado enormemente, obrigando os coordenadores a ouvir diariamente as reclamações dos alunos.

Consun analisa números do primeiro semestre

A reunião do Conselho Universitário da quarta-feira, 29/8, foi ocupada em grande parte pelos números referentes ao Orçamento e ao Fluxo de Caixa do primeiro semestre do ano. Apresentados pela Reitoria, os dados mostravam diferentes enfoques do volume financeiro movimentado no período. Enquanto o fluxo de caixa revelou um superávit de R\$ 4,516 milhões, em julho de 2007, o orçamento mostrava um déficit de R\$ 4,907 milhões.

Quando o orçamento foi idealizado, previa-se um superávit de R\$ 8,768 milhões para o primeiro semestre. Segundo o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva e o *controller* Mario Candido, essa expectativa não foi viabilizada principalmente pela queda do número de alunos (a receita esperada era de R\$ 193,022 milhões e a realizada foi de R\$ 181,979 milhões). A inadimplência, orçada em R\$ 3,081 milhões no início do ano, dobrou para R\$ 6,403 milhões no final do semestre, apesar de o escritório de cobrança ter registrado em julho de 2007 o volume recorde de R\$ 2,362 milhões.

As despesas com pessoal também tiveram um aumento de R\$ 3,662 milhões. Um dos poucos itens que se mostrou aquém das expectativas foi o referente a amortizações de empréstimos, que caiu para R\$ 6,909 milhões com a entrada dos recursos do BNDES.

No orçamento, a dívida com os professores também é men-

cionada – mas apenas para fins contábeis, já que não existe provisão para tal pagamento. Segundo a Reitoria, essa dívida atinge hoje R\$ 23 milhões.

O professor Carlos Eduardo de Carvalho mostrou-se bastante preocupado, pois além do déficit constatado pela comparação com o orçamento, existem empréstimos a curto prazo para recompor o capital de giro da instituição, o que aumentaria sensivelmente a dívida. Mas os gestores fizeram questão de reafirmar que a crise está sob controle. “A situação não é ruim, mas estamos no fio da navalha – qualquer problema pode levar a situações como dificuldades em pagar o 13.º”, alertou o *controller* Mario Candido.

Nesse sentido, o professor Flávio assinalou a importância da reunião extraordinária do Consun, no próximo dia 12/9, quando serão debatidos os novos cursos do Vestibular 2008. Segundo o vice-reitor, essa deverá ser a principal fonte de recursos que permitirá reverter o quadro.

Título adiado

Na pauta do Consun também estava a concessão do título de professor emérito a Celso Antonio Bandeira de Mello, pedido feito por alunos de Direito, pelas relevantes contribuições às Ciências Jurídicas prestadas pelo docente.

O relatório da professora Margarida Limena foi altamente positivo e tudo indicava que o plenário aprovaria por unanimida-

de o pedido. Contudo, o novo representante discente da pós-graduação, Lauro Ishikawa, pediu vistas do processo, obstruindo a votação. O estudante de Direito alegou que seria um contrassenso criar-se um clima festivo para a outorga de um título honorífico, no momento em que o pós em Direito teve sua nota rebaixada de cinco para quatro pelo conceito da Capes.

De nada adiantou a argumentação de outros conselheiros, alegando que os fatos não estavam relacionados e que a nota da Capes poderia ser modificada em função de recurso do Programa. Lauro manteve seu pedido e o tema voltará à pauta no Consun extraordinário de 12/9.

Ouvidoria

Como último ponto de pauta, os conselheiros analisaram o relatório anual da Ouvidoria da PUC-SP, encabeçada pelo professor Fernando Altemeyer. Seguindo o parecer da relatora, professora Mariângela Belfiore, o relatório foi aprovado por unanimidade. Foi ressaltado o papel que o ouvidor vem tendo na negociação de dívidas dos alunos inadimplentes e sugeriu-se que aconteçam plantões do Ouvidor em outros câmpus da universidade.

Os conselheiros também aprovaram por unanimidade o novo regimento do Hospital Santa Lucinda, que permitirá, entre outros benefícios, que o Hospital possa requerer verbas de órgãos públicos.

Com a presença da Reitoria, Psicologia discute redesenho



FABIO NASSIF

Na mesa sobre o redesenho institucional, da esquerda para a direita, a presença do professor Hamilton de Souza, o diretor do CA Psico Carlos Eduardo Pedroso, e os professores Mariângela Belfiore e Guilherme Simões

Numa das atividades da Semana de Psicologia, que pretendeu discutir vários aspectos da formação profissional do psicólogo, o redesenho institucional foi tema central, numa mesa que contou com os professores Mariângela Belfiore, presidente da Comissão de Redesenho Institucional (Cori), Hamilton de Souza, diretor da APROPUC, e Guilherme Simões, chefe de gabinete da Reitoria. Foi a primeira vez que os gestores da universidade compareceram a um debate sobre o redesenho, que não aqueles designados pela Cori. Os pedidos de audiência pública, feitos pelos CAs e pelas associações de professores e funcionários, não foram acolhidos.

Na sua fala, o professor Guilherme historiou a necessidade de um redesenho institucional na PUC-SP. Segundo ele, a grande preocupação da Reitoria ao formular sua proposta era colocar num novo ordenamento a estrutura da universidade, criando uma estrutura mais coerente. A idéia dos institutos por área de conhecimento, nesse sentido, diminuiria as distâncias entre pós e graduação.

Já a professora Mariângela enfatizou a necessidade que a PUC-SP tem de se repensar, mantendo

o compromisso social como sua marca característica. Nesse sentido é que se desenvolveu todo o trabalho da Cori, promovendo debates e publicizando as atividades que envolvem o redesenho.

Abandono da Graduação

O professor Hamilton de Souza caminhou por um lado mais crítico, reconhecendo a necessidade de um redesenho, mas enfatizando que a universidade ainda não se apoderou de um diagnóstico que permita enxergar melhor as modificações que se fazem necessárias. Hamilton ressaltou a importância de se recuperar o espaço da graduação, que, segundo ele, a PUC-SP abandonou há muito tempo.

A proposta da Reitoria também foi bastante debatida, e enquanto Guilherme Simões defendia os institutos como uma forma de encurtar distâncias entre o pós e a graduação, o representante do CA de Psicologia, Carlos Eduardo Pedroso, afirmava que ela era, na realidade, extremamente verticalizante. Hamilton de Souza lembrou ainda que a estrutura dos institutos se afasta do dia-a-dia

dos cursos, diminuindo a já escassa autonomia em que hoje se encontram os coordenadores e chefes de departamento.

Representação discente

Outro tema que levantou uma razoável polêmica foi a representação dos diversos segmentos nos conselhos, segundo a proposta da Reitoria. O professor Guilherme admitiu que a representação discente não está contemplada nas chamadas Câmaras Setoriais, propostas pela Reitoria, mas que em outros conselhos todos os segmentos estão contemplados de uma maneira mais racional que a atual.

Nesse momento a representante discente no Consun, Jaqueline Nikiforos questionou o chefe de gabinete, argumentando que o Conselho Universitário hoje é monolítico e extremamente burocrático. Guilherme rebateu com a afirmação de que, pelo contrário, a Reitoria tem perdido várias propostas no Consun. Ainda segundo Guilherme o conselho reflete hoje a pulsação da universidade.

Rola na rampa

Cadê a placa?

Algumas pessoas que passam pela Prainha deram pela sua falta. Era uma placa de rua, des-sas azuis, que ficam nos cruzamentos, indicando que ali fica a Curva do Rio. No seu verso, um poema de um autor pouco conhecido pelos puquianos de hoje. A placa foi ali colocada em homenagem ao estudante Elarío Kappke Jr., poeta e líder estudantil morto prematuramente no início dos anos 90. Há algumas semanas a placa sumiu de seu lugar na Prainha, sem que ninguém pudesse dar uma explicação plau-



JULIA CHEQUER

Espaço onde ficava a placa na Curva do Rio

sível à nossa reportagem. Assim é a PUC-SP, um dia dispensam nossos mestres, nou-tro somem com nos-sas referências histó-ricas, e assim vamos ficando cada vez mais sem memória.

Despejo do MTST em Itapecerica é suspenso

Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto que permaneceram acorrentados por duas semanas em frente à Igreja da Matriz se libertaram na semana passada. Eles protestavam contra o despejo da Comunidade João Candido do terreno provisório que ocupam, na Vila Calu, em Itapecerica da

Serra. O despejo, que estava marcado para dia 29/8, foi suspenso por 15 dias. Espera-se que durante este período o prefeito e os vereadores da cidade cumpram com sua palavra. Eles garantiram em negociações anteriores a transferência da área ocupada para o CDHU iniciar a construção das moradias da comunidade.

Samba da PUC anima carnaval na Peruche

O funcionário Rodrigo Cestari, da Biblioteca, juntamente com os estudantes Mauricio Gomes, Paulão e Fernando Gomes compuseram um samba enredo para a escola de samba Unidos do Peruche, cujo tema para este ano é Quilombos. Segundo Rodrigo o samba segue a linha do chamado

"samba de raiz", com uma temática que discute a identidade africana de nosso povo. Quem quiser conferir o samba, que já passou por várias etapas de classificação, pode acessar o endereço eletrônico www.odesfile.com/carnaval_2008/eliminatrias/peruche.htm

Demissões em Sorocaba

Na semana passada mais cinco funcionários foram demitidos no câmpus Sorocaba. Sob a alegação de reestruturação, os trabalhadores do almoxarifado foram dispensados. A estas demissões juntam-se mais quatro, no mês de junho, quando o setor de manutenção foi terceirizado.

Recadastramento de processos

A AFAPUC está convocando os seus associados que têm processos em andamento com o advogado Frederico Costa C. Neto (Dr. Fred) para comparecerem à sede da associação até o dia 14/9, para recadastramento e reconhecimento da atual situação desses processos.

Plebiscito da Vale continua na PUC-SP

Até o dia 6/9 acontece em todo o país o plebiscito popular sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce. Na PUC-SP, o plebiscito começou mais cedo, em 27/8, e até agora contabilizou cerca de mil votos. São sete urnas espalhadas pelo

câmpus Monte Alegre: duas no Prédio Velho, uma no Prédio Novo, Comfil, Prainha e entradas da Ministro de Godói e Monte Alegre, sendo estas três últimas urnas volantes. A expectativa é atingir no mínimo dois mil votos na PUC-SP.